

Cartilha para Incorporação de Pautas Transversais nos PPAs Municipais - 2026-2029



REDAÇÃO

Juliana Nunes Rodrigues

Geógrafa, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Geografia pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, Mestre pela UFRJ.

Laura Regina Carneiro

Economista e administradora, com Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA). Superintendente na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de São Luís e também atua como Consultora em Planejamento e Orçamento Público.

REVISÃO

Beatriz Sanchez

Caroline Blasque

Danielle Gruneich

Pedro Marin

Rita de Cássia Santos

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Felipe Ferreira

SECRETARIA DA MULHER DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Coordenação da Bancada Feminina

Deputada Benedita da Silva (PT/RJ)

Procuradoria da Mulher

Deputada Soraya Santos (PL/SP)

Observatório Nacional da Mulher na Política

Deputada Yandra Moura (União/SE)

Chefia de Gabinete

Ana Cláudia Lustosa

APOIO

Fundação Tide Setubal

Sumário

Apresentação e objetivos	4
1 Entendendo orçamentos sensíveis a pautas da mulher	7
O que é Orçamento Sensível a Pautas Transversais?	8
Por que é importante?	8
Por que implementar a perspectiva das mulheres no PPA 2026-2029?	9
Quais as dificuldades?	9
2 Estratégias para superação dos desafios	12
Estratégia 1: Reconhecer os problemas	13
Estratégia 2: Definir uma carteira de programas e ações	16
Estratégia 3: Etiquetar os Instrumentos de Planejamento e Orçamento	19
Estratégia 4: Fortalecer a gestão para transversalidade	21
4.1 Capacitação e comunicação	22
4.2 Compromisso político, marco legal e governança	23
4.3 Sensibilização e articulação para o longo prazo	25
Estratégia 5: Monitorar a execução	26
Estratégia 6: Avaliar e transversalizar	27
3 Faça você mesmo com o uso de IA	30
Identificação dos principais problemas e reivindicações das mulheres	32
Dados e diagnóstico	33
Identificação de programas e ações existentes	34
Elaboração de programas e ações com perspectiva de gênero	35
Jornada Orçamento Sensível a Gênero (OSG)	36
Etiquetagem de despesas	37
Relatórios de monitoramento e avaliação	37
Indicadores com recorte de raça e gênero	38
Novos marcadores orçamentários	38
Transversalização na formulação	39
Mensagem final	40

Apresentação e objetivos

Esta cartilha oferece diretrizes para incorporar uma perspectiva sensível às questões que afetam as mulheres nos processos de planejamento e elaboração dos orçamentos públicos. Seu conteúdo se baseia em debates, relatos de experiências e boas práticas compartilhadas em encontros com gestores e representantes da sociedade civil organizada, promovidos pela [Rede Orçamento Mulher](#).

Embora o foco principal seja a transversalidade das pautas relacionadas às mulheres, especialmente diante das desigualdades e violências que enfrentam, os princípios e abordagens aqui apresentados também contribuem para ampliar a compreensão sobre as intersecções entre gênero e raça.

As orientações e sugestões listadas servem como suporte para enfrentar desafios concretos e estruturar estratégias para superá-los, promovendo a incorporação efetiva da perspectiva transversal no orçamento público. Para isso, são destacadas seis estratégias-chave, que partem da construção de diagnósticos e da definição de uma carteira de programas e ações, e incluem a criação de espaços de diálogo e a consolidação de entendimentos que garantam a sustentabilidade de práticas voltadas à equidade.

A transversalidade é um princípio que propõe a incorporação de determinadas temáticas ou perspectivas em diferentes áreas, setores ou políticas, garantindo que sejam consideradas de forma integrada e não isolada. No contexto das políticas públicas, a transversalidade implica que questões como raça e gênero, por exemplo, sejam abordadas em todas as etapas e níveis da gestão, influenciando desde o planejamento até a execução e avaliação das ações governamentais. Isso significa que essas dimensões não devem ser tratadas como aspectos pontuais, mas sim como elementos estruturantes para a formulação de políticas mais equitativas e eficazes.

A gestão da transversalidade é, por sua vez, fortalecida por meio da capacitação de servidores e do incentivo à participação em conselhos e redes. Destaca-se também a importância do monitoramento e da avaliação da execução orçamentária, essenciais para garantir a efetividade das ações implementadas.

Longe de esgotar o tema, este material tem um caráter prático, priorizando estratégias de atuação acessíveis a diversos atores e aplicáveis ao cotidiano da gestão pública¹.

Seguindo-se esses propósitos, a cartilha incorpora uma inovação à gestão pública ao abordar a utilização de Inteligência Artificial (IA) como recurso. A IA tem se tornado uma ferramenta importante para a formulação de políticas públicas, permitindo a análise de grandes volumes de dados de forma rápida e precisa. No entanto, a IA deve

1 Podem ser consultados, em complemento, outros guias elaborados/promovidos pela Fundação Tide Setúbal: [Orçamentos Sensíveis a Gênero e Raça – Um guia prático para estados e municípios](#), [Transversalidade nas Políticas Públicas, no Plano e no Orçamento](#), [Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas, no Plano e no Orçamento - GUIA PRÁTICO PARA GESTORAS E GESTORES PÚBLICO](#).

ser vista como um meio, não como um fim em si mesma². Os resultados dependem da qualidade dos dados, da formulação precisa dos *prompts* e da interpretação criteriosa das respostas geradas.

O recurso à IA é, portanto, apresentado como um processo dinâmico de seleção de fontes e formulação de prompts. Para otimizar e apoiar esse processo, são oferecidas algumas diretrizes para seu uso nos diagnósticos e no desenho de ações.

Embora esta cartilha esteja focada em políticas de promoção de maior equidade de gênero para ampliação do acesso a direitos por mulheres, o uso da inteligência artificial também permite a incorporação de pautas transversais de maneira mais ampla. As ferramentas fornecidas têm potencial para auxiliar na formulação e análise de políticas que considerem interseccionalidades, como raça, classe, deficiência e territorialidade. Assim, gestores públicos e tomadores de decisão são incentivados a explorar essas tecnologias de acordo com as especificidades e demandas de seus contextos, ampliando a capacidade de diagnóstico, planejamento e implementação de políticas mais inclusivas e eficazes.

A cartilha reúne a expertise de pesquisadores que participaram do projeto de diagnóstico político-territorial do orçamento público do município de Niterói (RJ), realizado pelo **Centro UFF de Estudos sobre Desigualdades Globais**,³ da Universidade Federal Fluminense. Conta, igualmente, com a experiência e colaboração de integrantes da **Rede Orçamento Mulher** e de consultores da **Fundação Tide Setúbal**.

Espera-se, por meio de recursos práticos e de uma linguagem acessível, que este material contribua para apoiar gestores públicos e a sociedade civil na formulação e no monitoramento de políticas voltadas à redução de desigualdades e à ampliação do acesso a direitos para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

2 Para maior compreensão e uso responsável das ferramentas de IA, recomenda-se o material “IA Generativa no Serviço Público”, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e do Serpro. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/infraestrutura-nacional-de-dados/inteligencia-artificial-1/ia-generativa-no-servico-publico.pdf>

3 Para conhecer mais, acesse: <https://orcanituff.com/painel-de-dados/> e <https://cdg.uff.br/>

1 Entendendo orçamentos sensíveis a pautas da mulher

A igualdade entre homens e mulheres é um princípio fundamental das sociedades democráticas. No entanto, mulheres e meninas continuam a enfrentar violências cotidianas que comprometem diversas dimensões de suas vidas, incluindo o acesso a direitos fundamentais, como educação, saúde, emprego e representação política. Para enfrentar essas desigualdades, a incorporação de uma abordagem orçamentária sensível a pautas transversais torna-se essencial.

Ao direcionar recursos para áreas estratégicas, como saúde, educação, trabalho e enfrentamento à violência, esses orçamentos ampliam o acesso das mulheres a direitos e oportunidades, fortalecendo sua participação na vida econômica, social e política. Dessa forma, o planejamento orçamentário não apenas reduz disparidades estruturais, mas também contribui para a consolidação de uma gestão pública mais justa, inclusiva e representativa.

O que é Orçamento Sensível a Pautas Transversais?

Trata-se de uma metodologia que supera a tradicional setorização das políticas públicas, além de integrar dimensões como raça, gênero, idade e meio ambiente em um modelo unificado de planejamento e execução orçamentária. Essa abordagem exige um esforço contínuo para identificar, quantificar e alocar recursos de maneira estratégica, garantindo que desigualdades estruturais sejam reduzidas e que políticas públicas atendam de forma eficaz às necessidades dos diferentes grupos sociais. Além de evitar a fragmentação de ações e o desperdício de recursos, essa perspectiva promove um uso mais eficiente do orçamento, permitindo uma gestão pública mais integrada, inteligente e alinhada à promoção da equidade.

Por que é importante?



IMAGINE UMA CIDADE ONDE MULHERES E MENINAS TÊM AS MESMAS OPORTUNIDADES QUE OS HOMENS

Um orçamento construído de forma mais inteligente:

- **Reduz as desigualdades:** direciona investimentos para áreas importantes para o público-alvo, como saúde, combate à violência e geração de renda.
- **Melhora a qualidade de vida,** favorecendo o convívio e a sociabilidade;
- **Fortalece a democracia,** garantindo que as diferentes necessidades sejam ouvidas e representadas no planejamento do orçamento.

Por que implementar a perspectiva das mulheres no PPA 2026-2029?

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo. Esse instrumento define as prioridades e os objetivos estratégicos para um período de quatro anos e estabelece os programas e ações que serão implementados para alcançá-los. Ao incorporar agendas transversais no PPA 2026-2029, os governos podem garantir que um direcionamento mais inclusivo e eficaz seja considerado durante todo o período do plano.

Quais as dificuldades?

Em diversas gestões experimentadas em estados e municípios, os principais desafios para a implementação de um orçamento público sensível a agendas transversais resultam, sobretudo, da dificuldade de criação de uma linguagem e de procedimentos comuns, capazes de unificar e articular ações, para uma maior otimização dos recursos e aproveitamento técnico dos recursos humanos disponíveis.

No quadro abaixo, são destacados os principais desafios, identificados a partir de relatos de gestores:

Quadro 1 - Sistematização de desafios para a implementação do OSG

Desafios	Descrição
Alinhamento conceitual	Dificuldade em estabelecer entendimento comum sobre o escopo dos conceitos utilizados, especialmente em ambientes resistentes à temática.
Alocação de recursos e monitoramento	A falta de padronização e a inconsistência nos registros de empenhos dificultam o monitoramento e a avaliação das ações. As ações transversais, que abrangem diversas áreas, podem não se encaixar facilmente na estrutura programática tradicional do orçamento.
Articulação com atores	Dificuldade em envolver atores internos e externos, incluindo gestores resistentes, e em obter dados de diferentes órgãos.
Cooperação interinstitucional	Dificuldade de articulação entre diferentes órgãos públicos para implementar políticas transversais.
Definição de parâmetros e ponderação	Ausência de critérios claros para identificar programas, ações e subações que impactam mulheres e critérios de ponderação e peso.
Dificuldades técnicas	Limitações nos sistemas de informação para etiquetagem, seleção de ações e padronização de dados; dados inconsistentes, falta de padronização e dificuldades no acesso e vinculação de dados nos portais de transparência.

Fragilidades de governança	Falta de orçamento, de organismos de políticas e de conhecimento sobre a pauta feminina nos municípios.
Implementação	Resistência à inovação e dificuldades com a estrutura burocrática, dificultando a aplicação de práticas inovadoras.
Inclusão orçamentária	Dificuldade em incluir o orçamento temático na peça orçamentária para planejamento, monitoramento e participação social.
Institucionalização	Necessidade de tornar a agenda do orçamento sensível a gênero perene e independente de governos ou pessoas, através de capacitação e gestão do conhecimento.
Integração da perspectiva da mulher	Desafio em transformar a identificação dos problemas da mulher em um componente central no planejamento e execução de políticas públicas, envolvendo todos os órgãos setoriais.
Metodologia e padronização	Dificuldade em definir uma metodologia unificada, que considere particularidades locais.
Monitoramento e avaliação	Falta de parâmetros para monitorar e avaliar os gastos com políticas para mulheres. Além disso, a falta de vinculação entre os dados de execução orçamentária e o planejamento impede uma análise adequada do impacto das ações.
Políticas universais	Dificuldade em mensurar o impacto de políticas universais (como educação e saúde) e políticas específicas para mulheres.
Rede articulada	Falta de uma rede de apoio entre mulheres que atuam na implementação de políticas, especialmente nos municípios. A falta de comunicação entre quem faz a política pública e quem trata do orçamento é um problema a ser superado.
Regulamentação	Ausência de leis e normas que obriguem as secretarias a considerar a pauta da mulher em suas políticas.
Sensibilização de servidores	Resistência em sensibilizar e capacitar servidores sobre a importância de um orçamento sensível a pautas transversais.
Sistematização de dados	Falta de dados estruturados e sistemas informatizados que permitam criar indicadores precisos.
Socialização do conhecimento	Dificuldade em comunicar o tema de forma acessível e capacitar a sociedade sobre orçamento público e agendas transversais.
Transversalidade	Atuação isolada das secretarias, sem diálogo, prejudicando a transversalidade das políticas para mulheres e de outras pautas, de forma mais geral.
Viabilização financeira	Escassez de recursos específicos para políticas para o público feminino, exigindo a criação de mecanismos para captação e direcionamento de recursos.

Elaborado por Laura Carneiro, a partir de relatos dos gestores durante o evento “Encontro de estados

e municípios para troca de experiências sobre a implementação do Orçamento Sensível a Gênero (OSG)".⁴

Para buscar soluções adequadas e mudar o cenário, é fundamental fortalecer a coleta de dados, investir em capacitação de gestores e garantir que políticas de equidade sejam uma prioridade real nos estados e municípios. Na próxima seção, apresentam-se algumas pistas sobre como se pode atuar para superar esses desafios.

4 “Encontro de estados e municípios para troca de experiências sobre a implementação do Orçamento Sensível a Gênero (OSG)”, realizado em Brasília, entre os dias 21e 22 de novembro de 2024.

2

Estratégias para superação dos desafios

O reconhecimento dos desafios possibilita traçar caminhos para sua superação. A seguir, apresenta-se um conjunto de ações, agrupadas em seis grandes eixos, que buscam facilitar um direcionamento para a prática:

1. Reconhecer os problemas que afetam as mulheres;
2. Definir uma carteira de programas e ações;
3. Etiquetar os instrumentos de planejamento e orçamento;
4. Fortalecer a gestão para transversalidade;
5. Monitorar a execução;
6. Avaliar e transversalizar.

O detalhamento das ações nesses seis grandes eixos permite traçar um percurso de atuação que valoriza o compromisso com a colaboração, a inovação e o engajamento de diversos agentes e atores na busca por soluções eficazes para melhorar a gestão pública. Esse processo não é linear, mas exige um constante exercício de superação de barreiras materiais, técnicas, operacionais e resistências para o reconhecimento dos problemas associados a desigualdades que afetam as mulheres.

As estratégias apresentadas podem ser adotadas como partes de um processo mais amplo de sensibilização. Assim, é possível combiná-las ou avançar gradualmente entre as seis, garantindo uma abordagem estruturada e consistente. Vejamos cada uma delas.

ESTRATÉGIA 1: Reconhecer os problemas

Realizar diagnósticos detalhados sobre as desigualdades de forma transversal é o primeiro passo para enfrentá-las de maneira eficaz. Para isso, é fundamental definir e pactuar com clareza quais são os problemas enfrentados pelas mulheres por meio do uso de dados desagregados, capazes de identificar os grupos mais vulneráveis e as diferentes manifestações dessas desigualdades no território.

Além disso, é importante considerar os dados desagregados por município e, se possível, por bairros ou regiões administrativas para que se tenha um panorama mais refinado e regionalizado das desigualdades em cada território.

A ausência de dados confiáveis e detalhados com parâmetros interseccionais (gênero, raça, classe, orientação sexual, etc) e regionais reforça a invisibilidade das desigualdades, dificultando a formulação de políticas eficazes e a alocação de recursos de maneira equitativa.

Nos municípios que dispõem de um Plano de Políticas para as Mulheres vigente, o trabalho de diagnosticar os problemas e estabelecer uma carteira de programas de intervenção já foi feito. Entretanto, sabemos que essa não é a realidade da maior parte das cidades brasileiras, tornando-se necessário empreender um esforço adicional para incluir a perspectiva das mulheres quando da elaboração do PPA.

Superar esses obstáculos exige um investimento contínuo na produção e análise de dados, na capacitação de agentes públicos, no fortalecimento da participação social e no compromisso político com a equidade.

Para apoiar esse processo, algumas ações podem ser adotadas:

- **Coletar e analisar dados:** reunir dados desagregados por sexo, raça, faixa etária e outros marcadores sociais relevantes para compreender as desigualdades e as necessidades específicas das mulheres. Por exemplo:
 - Saúde: mortalidade materna, acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, prevalência de doenças específicas, etc.
 - Educação: taxas de analfabetismo, evasão escolar, acesso à educação superior, participação em áreas de tecnologia, etc.
 - Emprego e renda: taxas de participação na força de trabalho, desemprego, desigualdade salarial, acesso ao crédito, etc.
 - Violência: índices de violência doméstica, feminicídio, assédio sexual, etc.
 - Acesso a serviços públicos: acesso à água potável, saneamento básico, transporte público, segurança pública, etc.
- **Identificar o público-alvo e as áreas prioritárias para a ação governamental.**
- **Diagnosticar a situação das mulheres:** quais os principais problemas e necessidades?
- **Estabelecer pactuação** a respeito dos principais problemas enfrentados pelas mulheres no território, com base em referenciais teóricos regionalizados e em diálogo com os diferentes atores.
- **Formar parcerias:** buscar apoio de universidades, ONGs e outros órgãos.
- **Explorar inovações:** utilizar novas tecnologias para coletar e analisar dados.

Casos reais mostram que um diagnóstico preciso pode transformar políticas públicas! No Acre, a sistematização dos gastos na LOA 2024 permitiu a definição de áreas prioritárias para o investimento. Já no Mato Grosso, a análise de dados revelou altos índices de feminicídio, apesar dos investimentos sociais, reforçando a necessidade de novas estratégias.

AÇÕES PARA IMPLEMENTAR A ESTRATÉGIA 1 RUMO AO OSG



Aproveite a tecnologia para melhorar a eficiência das políticas públicas para mulheres e reduzir desigualdades!



- ✓ Coletar e analisar dados
- ✓ Identificar os principais problemas e reivindicações das mulheres

ESTRATÉGIA 2: Definir uma carteira de programas e ações

Definir uma carteira de programas e ações baseada em diagnósticos é essencial para garantir a efetividade das políticas públicas. A formulação de programas deve estar fundamentada em evidências concretas, permitindo que os recursos sejam alocados de forma estratégica e eficiente. Isto significa priorizar iniciativas que atendam às populações mais vulneráveis, promover soluções estruturais para as desigualdades identificadas e garantir mecanismos de monitoramento e avaliação para aprimorar continuamente as ações implementadas.

Ações que podem ser adotadas:

- **Coletar e analisar dados:** Utilizar os dados do diagnóstico para **definir ou atualizar objetivos e as necessidades de investimento**:
 - O que queremos alcançar para as mulheres nos próximos 4 anos?
 - Quais atributos do PPA contribuem para a igualdade de gênero?
 - Quanto vamos investir em cada ação?
- **Identificar os programas e ações já existentes** que podem ser utilizados para promover mais equidade. Adaptar esses programas ou criar novos, se necessário, para atender às necessidades específicas das mulheres.
- **Desenhar os programas:** definir estrutura programática, com elementos básicos (nome do programa, justificativa, público-alvo, vinculação aos ODS, lista de ações, objetivo de cada ação, respectivo produto que mensura a ação para posterior definição de metas, além de indicadores vinculados ao programa). Utilizar ferramentas/métodos que facilitam a visualização do desencadeamento lógico do programa, como o [MaPR \(mapeamento de processos e resultados\)](#).

proposto por Paulo Jannuzzi).⁵

- **Regionalizar e territorializar:** distribuir e planejar os recursos financeiros considerando as especificidades geográficas e sociais de diferentes áreas dentro de um município, estado ou país. Trata-se de considerar as especificidades sociais, econômicas e culturais dos territórios. O foco está na relação entre os investimentos e a realidade local, promovendo um desenvolvimento mais equitativo. Alguns exemplos:

- Criar programas de geração de emprego focados em áreas com altos índices de desemprego.
- Direcionar investimentos para infraestrutura em favelas e periferias, priorizando mulheres negras como beneficiárias, considerando a carência de saneamento básico e transporte público.
- O objetivo é garantir que cada localidade receba investimentos de acordo com suas necessidades específicas, considerando as desigualdades territoriais.

Esses procedimentos possibilitam rastrear e mensurar o impacto das políticas públicas em áreas prioritárias, além de fortalecer o controle social e a fiscalização por parte dos órgãos de controle e da sociedade civil.

💡 Relato de experiência:

No Rio de Janeiro, a metodologia utilizada para o Orçamento da Mulher inclui o orçamento específico, com ações voltadas exclusivamente para mulheres, e o orçamento ampliado, que considera ações que beneficiam a qualidade de vida das famílias. A Bahia, por sua vez, incluiu metas de igualdade de gênero em seus programas, como o “Elas à Frente”. Em São Paulo, a prefeitura utilizou diferentes métodos de etiquetagem, incluindo a pesquisa de termos-chave na nomenclatura das ações orçamentárias e nas notas de empenho, além da análise das metas do Plano Municipal de Políticas para Mulheres.



- ✓ **Identificar os programas e ações já existentes**
- ✓ **Desenhar os programas**

5 https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/03.06_Guia-MaPR-Layout-Final.pdf

AÇÕES PARA IMPLEMENTAR A ESTRATÉGIA 2 RUMO AO OSG



ESTRATÉGIA 3: **Etiquetar os Instrumentos de Planejamento e Orçamento**

Existem diferentes abordagens para implementar orçamentos sensíveis às pautas da mulher, que se diferenciam pela complexidade e aprofundamento. A etiquetagem, uma das estratégias possíveis, é um passo importante. Ela consiste em um processo de identificação e marcação de determinadas despesas, para que possam ser monitoradas e avaliadas de forma mais precisa.

Isto significa que certos gastos são “marcados” de acordo com suas finalidades, garantindo maior transparência e permitindo o acompanhamento de políticas específicas.

Concretamente, se um município decide implementar um **orçamento sensível à pauta da mulher**, podem-se etiquetar os gastos destinados à construção de creches, campanhas de combate à violência contra a mulher ou programas de qualificação profissional para mães solo. Por meio dessa etiquetagem, é possível acompanhar quanto realmente foi investido nessas áreas e se os objetivos foram cumpridos.

- Na jornada **Orçamento Sensíveis à Gênero e Raça** proposta pela Fundação Tide Setubal,⁶ por exemplo, a etiquetagem pode ser implementada de forma gradual. Os diferentes tipos de etiquetagem propostos são:
 - Etiquetagem específica: identifica as ações orçamentárias exclusivamente voltadas para as mulheres, como programas de combate à violência doméstica, saúde sexual e reprodutiva, e apoio ao empreendedorismo feminino.
 - Etiquetagem ampliada (não-exclusiva): inclui as ações orçamentárias que beneficiam as mulheres de forma não-exclusiva, como investimentos em educação, saúde, saneamento básico e transporte público. Nelas é extremamente complexo identificar a parcela exata das dotações que é destinada a ações específicas de gênero.
 - Análise das notas de empenho: exame das notas de empenho para identificar despesas que contribuem para a igualdade de gênero, mesmo que não estejam explicitamente etiquetadas como tal.

Para tanto, algumas ações podem ser adotadas:

- **Definir critérios claros** para selecionar as ações/despesas a serem etiquetadas, em parceria com a sociedade civil e movimentos sociais. No caso das ações não-exclusivas, os critérios de etiquetagem podem ser o de beneficiário majoritário (quando as mulheres forem as principais beneficiárias), o de público-alvo explicitado (quando as mulheres são mencionadas como prioridade na descrição da ação ou programa) ou de sensibilidade ao gênero (quando

6 <https://fundacaotidesetubal.org.br/publicacoes/orcamntos-sensiveis-a-genero-e-raca/>

os campos de descrição da ação contempla de forma explícita entregas específicas ou a intenção de beneficiar de forma diferenciada as mulheres).

- Considerar programas e ações que promovam os direitos das mulheres incluindo ações de enfrentamento à violência, saúde, educação (creches), e assistência social.
- Definir termos-chave e categorias de análise: a utilização de termos-chave e categorias de análise claras e objetivas facilita a identificação e a classificação das ações orçamentárias e/ou despesas.
- Criar sistemas informatizados para a etiquetagem e acompanhamento das ações orçamentárias e/ou despesas pode agilizar o processo e facilitar a análise dos dados.
- Estabelecer pesos e proporcionalidades: a definição de pesos e proporcionalidades para a alocação de recursos deve se basear em critérios técnicos e na análise das necessidades e prioridades identificadas no diagnóstico, em se tratando de políticas universais.

O uso de indicadores com recorte de gênero para monitoramento dos programas e ações funciona como uma ponte entre a estratégia 1 – que foca no reconhecimento de problemas que afetam as mulheres por meio da coleta de dados e diagnóstico – e a estratégia 5, voltada para o monitoramento da execução, sendo vinculado após a etapa de etiquetagem.

Esses indicadores avaliam o impacto das políticas públicas a partir de recortes específicos de gênero, permitindo não apenas planejar e monitorar seus efeitos sobre as populações de interesse, mas também realizar ajustes e aprimoramentos contínuos para garantir maior efetividade e equidade.

AÇÕES PARA IMPLEMENTAR A ESTRATÉGIA 3 RUMO AO OSG

PESOS E PROPORCIONALIDADES Deverá se basear em critérios técnicos e análise do diagnóstico. Atenção para políticas universais!		SISTEMAS INFORMATIZADOS Podem agilizar o processo e facilitar a análise dos dados.
TERMOS-CHAVE E CATEGORIAS Utilizar critérios teóricos para seleção, padronizar uso e disseminar para boa adesão.		PROGRAMAS DE DIREITOS DAS MULHERES Considerar os mais diversos programas, mas que tragam alguma clareza nos direitos das mulheres.



- Etiquetagem
- Uso de indicadores

ESTRATÉGIA 4: Fortalecer a gestão para transversalidade

A transversalidade assegura que a abordagem de uma agenda esteja presente em todas as fases do ciclo orçamentário, desde a elaboração até a execução e monitoramento.

A criação de um “ecossistema transversal” permite que diferentes áreas do governo atuem de maneira coordenada, garantindo que os investimentos públicos sejam mais eficazes para se atingir metas.

Para que a abordagem transversal seja sustentável, é fundamental que se crie um ambiente de capacitação, comunicação eficiente e constante sensibilização para as questões tratadas.

4.1 Capacitação e comunicação

A capacitação e a comunicação desempenham um papel essencial na implementação de políticas públicas eficazes e inclusivas. A formação contínua de gestores e servidores públicos aprimora a capacidade de planejamento, execução e monitoramento das iniciativas, além de fortalecer o controle social e a transparência na gestão.

Para avançar nessa direção, algumas ações estratégicas também podem ser consideradas:

- Promover capacitações, formações, oficinas e cursos para disseminar a importância da igualdade de gênero e as ferramentas do OSG.
- Compartilhar as experiências e os aprendizados com outros municípios e estados.
- Criar um website ou plataforma online para divulgar informações sobre o OSG, incluindo dados sobre a alocação de recursos, os programas e ações voltados para as mulheres e os resultados alcançados.
- Promover a participação de órgãos de controle, como o Ministério Público e os Tribunais de Contas, pois pode ser decisiva para garantir a implementação das políticas e o cumprimento da legislação.
- Incluir a sociedade civil, por meio de conselhos e outras instâncias participativas, também é crucial para o controle social e a legitimidade do processo.

AÇÕES PARA IMPLEMENTAR A ESTRATÉGIA 4.1 RUMO AO OSG



💡 Saiba que:

O Ministério do Planejamento e Orçamento, em parceria com o BID, lançou [guias sobre transversalidade de gênero](#) e [sobre transversalidade de forma geral](#), como forma de apoiar os servidores na implementação dessas agendas.⁷

4.2 Compromisso político, marco legal e governança

A implementação de orçamentos sensíveis à pauta da mulher não é apenas uma questão de ordem técnica, mas uma escolha política que exige um ambiente institucional sólido, sustentado pela construção de compromissos e por um marco legal eficiente.

O comprometimento político é fundamental para assegurar que essa agenda seja não apenas reconhecida, mas efetivamente priorizada na alocação de recursos. Além disso, um arcabouço legal bem estruturado reforça a obrigatoriedade da incorporação da perspectiva de gênero no orçamento público, conferindo maior consistência e perenidade às ações, garantindo que avancem para além dos mandatos políticos e se consolidem como uma política de Estado.

7 <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/arquivos/guia1-geral-web.pdf> e https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/arquivos/guia2-genero_final.pdf

Algumas das ações nessa direção são:

- Criar pastas específicas para políticas para mulheres e fortalecer esses órgãos onde eles já existem, dotando-os de infraestrutura, pessoal capacitado e recursos orçamentários.
- Criar um comitê decisório com a participação de diferentes secretarias, incluindo as áreas sociais, planejamento e fazenda. É importante ter as áreas de planejamento e orçamento envolvidas desde o início para garantir que as decisões orçamentárias refletem as prioridades definidas.
- Criar e regulamentar leis, normatizações, diretrizes, fluxos e protocolos para garantir a perenidade da política.
- Buscar a participação do Legislativo, promovendo debates e audiências públicas sobre o orçamento público. A aprovação de leis que institucionalizem pautas transversais pode fortalecer a iniciativa e garantir a sua continuidade, mesmo com mudanças de governo.
- Investir na publicação periódica de relatórios sobre o orçamento com perspectiva de gênero.

AÇÕES PARA IMPLEMENTAR A ESTRATÉGIA 4.2 RUMO AO OSG



Relato de experiência:

No Acre, a aprovação de uma lei estadual que torna obrigatória a inclusão do OSG em todas as peças orçamentárias foi fundamental para institucionalizar a política. No Mato Grosso, a criação da Superintendência de Políticas Públicas para a Mulher e a posterior transformação da Secretaria Adjunta de Assistência Social em Secretaria Adjunta de Assistência Social e Políticas para as Mulheres demonstram o compromisso do governo com a implementação do OSG.

4.3 Sensibilização e articulação para o longo prazo

Sensibilizar gestores, técnicos e tomadores de decisão sobre a importância de integrar a pauta da mulher no planejamento orçamentário é essencial para promover mudanças estruturais. Além disso, a articulação entre diferentes setores do governo, organizações da sociedade civil e a academia fortalece a formulação de políticas mais abrangentes e fundamentadas em evidências.

Nesse sentido, podem-se empreender as seguintes ações:

- **Realizar eventos e debates** com a participação de gestores, parlamentares, servidores, organizações da sociedade civil e especialistas para disseminar o conceito de OSG e mobilizar os diferentes atores.
- **Tornar acessíveis materiais didáticos sobre OSG**, com linguagem clara e acessível, contribuindo para a sensibilização e o engajamento de diferentes públicos.
- **Dialogar com a sociedade civil**, incluindo organizações de mulheres, movimentos sociais, academia e conselhos de direitos, para garantir a participação social na formulação, implementação e monitoramento do OSG.
- **Participar de instância de coordenação interfederativa**, com a União atuando como indutora e incentivadora.

Saiba que:

A Rede Orçamento Mulher disponibiliza um [curso de sensibilização e formação básica sobre orçamentos sensíveis a gênero e raça](#) no canal da Fundação Tide Setubal no Youtube.

AÇÕES PARA IMPLEMENTAR A ESTRATÉGIA 4.3 RUMO AO OSG



ESTRATÉGIA 5: Monitorar a execução

O monitoramento permite acompanhar a execução dos programas e identificar eventuais falhas ou desvios que possam comprometer seus objetivos. Dessa forma, é possível fazer ajustes em tempo hábil, assegurando que as ações planejadas realmente alcancem os públicos mais vulneráveis e promovam impacto positivo na redução das desigualdades.

Nesse sentido, pode-se empreender as seguintes ações:

- Criar **ferramentas de monitoramento** para garantir que a execução das ações e/ou despesas etiquetadas, verificando se os recursos estão sendo utilizados conforme planejado.
- Equipar as prefeituras para **regionalizar e identificar públicos-alvo**, na execução de programas, ações e peças de planejamento, o que possibilita tratar e cruzar o destino dos gastos públicos segundo prioridades de combate às desigualdades.
- Padronizar marcadores e registros de empenho, como práticas rotinizadas na gestão pública.
- Publicar **relatórios periódicos** sobre a implementação do OSG, incluindo dados sobre a alocação de recursos, a execução orçamentária e os resultados alcançados.

AÇÕES PARA IMPLEMENTAR A ESTRATÉGIA 5 RUMO AO OSG



ESTRATÉGIA 6: Avaliar e transversalizar

A avaliação possibilita medir os resultados e a efetividade das políticas implementadas, verificando se os recursos foram bem empregados e se os objetivos foram atingidos. Esse processo contribui para o aprimoramento das estratégias governamentais, fornecendo evidências concretas sobre quais medidas são mais eficazes e devem ser ampliadas. Quando combinada com a transversalidade, essa prática assegura que as medidas adotadas atendam às necessidades de toda a população, promovendo inclusão e equidade.

Ao incorporar indicadores que mensurem o impacto da ação pública para mulheres, o processo de avaliação fortalece não só a tomada de decisão, mas também o controle social e a participação da sociedade civil.

Essa integração exige uma alta capacidade de coordenação, além de um esforço comum para superar as dificuldades.

Pode-se prever:

- Quantificar e mensurar os impactos, utilizando dados e indicadores para orientar a reformulação e adequação das políticas.
- Analisar como políticas universais impactaram mulheres, avaliando os resultados das políticas de forma desagregada.
- Utilizar dados complementares, além dos dados orçamentários, para uma análise mais completa.
- Criar grupos de trabalho (GTs) para aprofundar as discussões e definir próximos passos.
- Promover mudanças identificadas a partir da avaliação.

Relato de experiência:

No Acre, foi criado um comitê de acompanhamento do OSG com a participação de diferentes atores, incluindo a sociedade civil, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. O Rio de Janeiro publica o Relatório do Orçamento Mulher anualmente, com dados sobre os gastos.



- ✓ Adotar a Transversalidade nas várias etapas do ciclo de políticas públicas

AÇÕES PARA IMPLEMENTAR A ESTRATÉGIA 6 RUMO AO OSG



3 Faça você mesmo com o uso de IA

Esta seção oferece um passo-a-passo para utilização das ferramentas de IA no apoio à elaboração de um PPA que incorpore perspectivas transversais, contribuindo para a construção de políticas mais justas e igualitárias. Trata-se de um recurso, entre outros possíveis, para auxiliar técnicos e gestores no exercício dessa tarefa.

Não é demais lembrar que o uso da IA é auxiliar ao conhecimento e experiência dos técnicos, que devem sempre atuar de forma crítica para a elaboração de um PPA de qualidade. A escolha da metodologia mais adequada deve também levar em conta as particularidades de cada ente federativo, o seu grau de maturidade institucional e a capacidade técnica disponível.

Para subsidiar esse exercício, propõe-se um conjunto de *prompts* e outras orientações, que têm como público-alvo técnicos das secretarias municipais, mas não exclusivamente. As pistas e recursos aqui fornecidos podem ser testados por diferentes públicos, inclusive atores da sociedade civil interessados em conhecer e atuar de forma mais próxima do poder público.

Vamos a eles:

⌚ **Público-alvo:** técnicos das secretarias municipais responsáveis pela elaboração do PPA.

⚙️ **Ferramenta:** [ChatGPT](https://chatgpt.com/),⁸ [IA notebook LM](https://notebooklm.google.com/),⁹ [Gemini](https://gemini.google.com/),¹⁰ [DeepSeek](https://www.deepseek.com/)¹¹ (ou outra IA generativa similar).

Instrução:

1. Decidir se a consulta será orientada por documentos próprios ou se será livre (conteúdo disponível na internet).
2. Sendo orientada, **fazer a calibragem**: anexar os arquivos que podem embasar a leitura e interpretação da IA - PPA vigente, plano de governo, planos setoriais, modelos de metodologia de desenho de programas orçamentários (ex: [MaPR](#)), estrutura desejada dos programas, e o que mais julgarem pertinente.
3. **Inserir os prompts**: copiar e colar os prompts sugeridos na IA adaptando-os à realidade do município (ao redigir seus próprios prompts, faça perguntas claras, estabelecendo contextos, refinando a “conversa” com a IA).
4. **Analizar as respostas**: analisar as respostas da IA e selecionar as informações mais relevantes.
5. Interferir nas respostas recebidas, a fim de refinar cada vez mais o retorno. Utilize mais de um prompt-exemplo ou complemente com autorais para

8 <https://chatgpt.com/>

9 <https://notebooklm.google.com/>

10 <https://gemini.google.com/>

11 <https://www.deepseek.com/>

desenvolver e refinar as respostas.

6. **Complementar com informações locais:** utilizar as respostas da IA como ponto de partida, complementando com informações específicas do município.
7. Revisar e ajustar.

→ **Exemplo:**

Desenvolver as seguintes ações, sugeridas dentro das seis estratégias de implementação de OSG que foram abordadas neste guia, aplicadas para o município de São Luís, MA:

- Tipificação de políticas de gênero baseada em referenciais teóricos.
- Coleta de dados desagregados por sexo e raça.
- Identificação de programas e ações existentes.
- Desenho dos programas.
- Definição de metodologia: maior nível de maturidade na Jornada OSG, que é a transversalização.
- Integração da perspectiva de gênero (transversalidade).

Acessar em: <https://chatgpt.com/share/67a2f588-0a78-8013-b839-06bc13e06947>

Para aprofundar a pesquisa, disponibilizamos uma série de sugestões de *prompts*. Para utilizá-los, basta copiar a linha de comando para uma das IAs generativas mencionadas ou clicar sobre o prompt para acessá-lo diretamente no ChatGPT.

Identificação dos principais problemas e reivindicações das mulheres



■ **Ações:**

Com base em referenciais teóricos e as melhores práticas de políticas públicas sensíveis a gênero, levantar principais eixos de aplicação das políticas, nas dimensões saúde, educação, assistência social, trabalho, cultura, esporte e lazer, entre outros. Esse diagnóstico será utilizado como base para a adoção da transversalidade em políticas públicas universais no PPA.

■ **Prompts:**

Levante as principais pautas e reivindicações que podem ser atribuídas a uma política sensível a gênero, baseada em referenciais teóricos, discussões de comitês, bibliografias apropriadas, legislação, registros oficiais de entidades que tratam dessa pauta, para que possa ser articulada com outras políticas públicas universais (saúde,

educação, assistência, esporte, lazer, cultura e outras) e retorne um quadro de tipificação de políticas sensíveis a gênero, que precisam ser consideradas durante a elaboração de um Plano Plurianual municipal.

→ **DICA:** Aplicá-lo no [QwenLM](#) e no [DeepSeek](#) para um melhor resultado!

- O que caracteriza uma política pública sensível a gênero e raça no contexto municipal? Como diferenciar políticas universais de políticas específicas voltadas para a equidade de gênero e raça? Quais são os critérios fundamentais para classificar uma política como sensível a gênero e raça?
- No âmbito do [NOME DO MUNICÍPIO], liste os eixos prioritários de políticas sensíveis a gênero no contexto municipal, incluindo saúde, educação, assistência social, trabalho, cultura, esporte e lazer. Descreva brevemente cada eixo.
- Explique por que políticas sensíveis a gênero e raça são importantes no planejamento municipal de [NOME DO MUNICÍPIO]. Use exemplos e dados para apoiar sua resposta.
- Descreva como integrar políticas sensíveis a gênero e raça em políticas universais para garantir impacto inclusivo.

Dados e diagnóstico



■ Ações:

Anexar diagnóstico próprio, para contextualizar a busca, e/ou coletar dados e informações sobre a realidade local, identificando as desigualdades de gênero em diversas áreas (saúde, educação, trabalho, segurança, etc.). Utilizar dados desagregados por sexo, raça e outros marcadores sociais.

■ Exemplo:

Analizar as taxas de mortalidade materna, acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, evasão escolar entre meninas, participação das mulheres no mercado de trabalho e incidência de violência doméstica. Identificar necessidades específicas das mulheres em diferentes territórios do município, considerando as interseccionalidades. Mapear as políticas públicas existentes e avaliar sua efetividade.

■ Prompts:

Elaborar um diagnóstico do [NOME DO MUNICÍPIO] com base nos dados mais recentes divulgados pelo Censo 2022 do IBGE, além de informações complementares de outras fontes oficiais, para subsidiar a elaboração do Plano Plurianual (PPA) para o período 2026-2029, com foco na implementação de políticas públicas sensíveis a

gênero e raça no município.

→ **DICA:** Aplicá-lo no [QwenLM](#) e no [DeepSeek](#) para um melhor resultado!

- Liste os principais desafios enfrentados pelas mulheres no município em relação a [saúde, educação, trabalho, etc.] com dados estatísticos.
- Quais são as políticas públicas existentes no município que visam a promover a igualdade de gênero? Avalie sua efetividade.
- Quais são as demandas e necessidades específicas das mulheres em diferentes territórios do município?
- Como a questão racial se cruza com as desigualdades de gênero no município? Identifique os principais problemas e os grupos mais impactados.
- Quais são os pontos fortes e fracos da atuação da prefeitura em relação às políticas para as mulheres?

Identificação de programas e ações existentes



■ Ações:

Anexar o plano de governo do prefeito eleito do município, o PPA do 2022-2025 e documento gerado a partir da tipificação das políticas sensíveis a gênero e raça, para contextualizar a busca. A IA deverá identificar programas e ações relevantes e alinhados a esse novo plano de governo e às estratégias do novo PPA.

■ Prompts:

- Fazer download do plano de governo do prefeito eleito de [NOME DO MUNICÍPIO, UF]
- Fazer download do Plano Plurianual (PPA) 2022-2025 de [NOME DO MUNICÍPIO, UF]
- Quais programas do PPA 2022-2025 abordam questões de gênero e raça e como podem ser adaptados para o novo PPA, à luz do plano de governo?
- Quais temas e estratégias do plano de governo do prefeito eleito de [NOME DO MUNICÍPIO] podem ser utilizados para desenvolver programas sensíveis a gênero no novo PPA?
- Sugira programas inovadores para o novo PPA que abordem questões de gênero, considerando educação, saúde, inclusão econômica e prevenção de violências, com base no plano de governo.
- Proponha estratégias para aumentar a participação política e social de mulheres e grupos marginalizados no novo PPA, alinhadas ao plano de governo.

- Sugira formas de integrar a perspectiva de gênero de maneira transversal em programas e ações do novo PPA, considerando o plano de governo.

Elaboração de programas e ações com perspectiva de gênero



■ Ações:

Anexar modelo de MaPR (p.ex), para servir de modelo para a IA criar programas e ações específicas que contribuam para o alcance dos objetivos e metas estabelecidas, considerando a transversalidade da questão de gênero.

■ Exemplo:

Implementar programas de saúde que considerem as necessidades específicas das mulheres; oferecer cursos de capacitação profissional em áreas estratégicas para a autonomia econômica das mulheres; criar ou fortalecer redes de apoio para mulheres em situação de violência; desenvolver ações de educação e conscientização sobre igualdade de gênero nas escolas e na comunidade; garantir a transversalidade nas políticas, com ações afirmativas.

■ Prompts:

- Desenvolva os programas já sugeridos, a partir da estrutura básica seguindo a ferramenta MaPR (mapeamento de processos e resultados). Cada programa incluirá:

Nome do Programa.

Justificativa: breve explicação da relevância do programa com base em diagnósticos e demandas locais.

Público-alvo: definição do público diretamente beneficiado.

ODS vinculado: indicação de qual(is) objetivo(s) de desenvolvimento sustentável o programa atende.

Lista de ações transversais:

- Nome da ação: título descritivo da ação.
- Objetivo: breve descrição do objetivo da ação.
- Produto: produto mensurável para monitorar os resultados da ação.
- Etiquetagem de gênero e raça: indicação de sensibilidade a gênero e raça, quando aplicável.

Indicadores vinculados:

- Indicadores secundários: com base em fontes oficiais recentes (IBGE, DataSUS, PNADc etc.).

- Indicadores primários: sugeridos quando os secundários não forem suficientes.
- Crie exemplos de políticas ou ações sensíveis a gênero e raça para os eixos de saúde, educação, trabalho e cultura. Inclua objetivo e resultado esperado.
- Como os programas e ações podem ser integrados de forma transversal nas diferentes áreas da prefeitura?
- Quais são os mecanismos para garantir que as ações sejam implementadas de forma eficaz e com participação das mulheres?
- Quais são os recursos necessários para implementar cada programa e ação (financeiros, humanos, materiais)?
- Como as ações podem considerar as interseccionalidades, incluindo raça, classe e outros?

Jornada Orçamento Sensível a Gênero (OSG)

■ Ações:

Garantir que o orçamento municipal seja sensível a gênero, destinando recursos adequados para as ações e programas que visam à igualdade de gênero. Implementar o OSG como um processo de planejamento orçamentário que considera a perspectiva de gênero.

■ Exemplo:

Identificar e etiquetar as despesas que beneficiam as mulheres no orçamento municipal. Na saúde, marcar o orçamento destinado a programas de saúde da mulher. Na educação, marcar o orçamento destinado a programas de combate à evasão escolar entre meninas. No trabalho, marcar o orçamento destinado a programas de qualificação profissional para mulheres. Alocar recursos de forma a garantir que as ações para a igualdade de gênero sejam priorizadas no orçamento. Utilizar indicadores de gênero para monitorar a alocação e o uso dos recursos no orçamento.

■ Prompts:

- Como alocar recursos de forma a garantir que as ações para a igualdade de gênero sejam priorizadas no orçamento?
- Como utilizar indicadores de gênero para monitorar a alocação e o uso dos recursos no orçamento?
- Como garantir a transparência no processo de alocação orçamentária para políticas para as mulheres?

Etiquetagem de despesas



■ Ações:

Identificar e etiquetar as despesas que beneficiam as mulheres no orçamento municipal, evidenciando os recursos destinados às políticas para mulheres e promovendo a transparência.

■ Exemplo:

Marcar no orçamento os valores destinados a programas de saúde da mulher, educação para igualdade de gênero e qualificação profissional para mulheres.

■ Prompts:

- Como identificar e etiquetar as despesas que beneficiam as mulheres no orçamento municipal?

Relatórios de monitoramento e avaliação



■ Ações:

Definir indicadores e mecanismos de monitoramento e avaliação que permitam acompanhar o progresso do PPA em relação à igualdade de gênero.

■ Exemplo:

Monitorar a participação de mulheres em cursos de capacitação, a redução da violência doméstica e a efetividade de ações de educação para igualdade de gênero.

■ Prompts:

- Quais indicadores podem ser utilizados para monitorar o impacto das ações e programas do PPA na vida das mulheres?
- Com que frequência os dados e indicadores serão coletados e analisados?
- Quais são os mecanismos de avaliação que serão utilizados para verificar se as metas estão sendo alcançadas?
- Como os resultados do monitoramento e avaliação serão utilizados para ajustar e aprimorar o PPA?
- Como garantir a participação das mulheres no processo de monitoramento e avaliação do PPA?
- Como garantir a transparência no processo de monitoramento e avaliação para o controle social?

Indicadores com recorte de raça e gênero



■ Ações:

Coletar dados desagregados por sexo, raça e outros marcadores sociais para identificar as desigualdades de gênero existentes no município.

■ Exemplo:

Analisar taxas de mortalidade materna, acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, evasão escolar entre meninas, participação das mulheres no mercado de trabalho e violência doméstica.

■ Prompts:

- Quais são os indicadores de gênero mais relevantes para monitorar a situação das mulheres no [NOME DO MUNICÍPIO]? Indique a respectiva fonte e resultado do dado mais atual.

→ **DICA:** Aplicá-lo no [QwenLM](#) e no [DeepSeek](#) para um melhor resultado!

Novos marcadores orçamentários

■ Ações:

Alocar recursos de forma a garantir que as ações para a igualdade de gênero sejam priorizadas no orçamento, utilizando critérios claros e transparentes.

■ Prompts:

- Quais são os critérios para definir a alocação de recursos para ações específicas para as mulheres?
- Como utilizar indicadores de gênero para monitorar a alocação e o uso dos recursos no orçamento?
- Como garantir a transparéncia no processo de alocação orçamentária para políticas para as mulheres?
- Quais mecanismos podem garantir a continuidade do financiamento das ações para a igualdade de gênero, independentemente das mudanças de governo?



- **Ações:**

Assegurar que a perspectiva de gênero seja considerada em todas as etapas do planejamento e em todas as áreas da prefeitura.

- **Exemplo:**

Garantir que todos os projetos e ações da prefeitura considerem o impacto nas mulheres; realizar ações de sensibilização e capacitação para todos os servidores e servidoras sobre questões de gênero; criar ou fortalecer instâncias de governança intersetoriais.

- **Prompts:**

- Como garantir que todas as secretarias municipais incorporem a perspectiva de gênero em seus programas e ações?
- Quais são os mecanismos para promover a transversalidade da questão de gênero em todas as políticas públicas municipais?
- Como o PPA pode contribuir para a mudança de cultura institucional em relação às questões de gênero?
- Como envolver todos os servidores e servidoras na implementação do PPA com perspectiva de gênero?
- Como garantir que a transversalidade de gênero seja incorporada em todos os níveis de planejamento e execução?

Mensagem final

A implementação da transversalidade em um orçamento público é um processo desafiador, que exige compromisso político, articulação intersetorial, capacitação de servidores e participação social. No entanto, os benefícios do OSG são inegáveis, contribuindo para a redução de desigualdades, a promoção de um desenvolvimento social e econômico mais equitativo e a ampliação do acesso a direitos.



Gestoras e gestores públicos, assumam o compromisso com a igualdade de gênero e implementem o OSG em seus municípios!



Centro de Estudos sobre
Desigualdades Globais



Secretaria da
Mulher

